

# BELICISMO E DESESTABILIZAÇÃO NA ÁFRICA AUSTRAL: EXERCÍCIO ALCORA E OPERAÇÃO COLT

*Milton Correia<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente artigo apresenta uma análise sobre o contexto das lutas armadas de independência nacional na África Austral e documenta com base em fontes portuguesas os expedientes de segurança e militar entre autoridades portuguesas, sul-africanas e rodesianas. Tem como objetos dois processos: o “Exercício Alcora/Ameaça aos Países Alcora (factores)” e o “processo COLT”. A pesquisa destes documentos foi feita em arquivos portugueses, nomeadamente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e no Arquivo Histórico Militar (AHM) no período entre Março e Maio de 2015.

**Palavras-chave:** Exercício ALCORA. Processo COLT. Lutas de Libertação Nacional na África Austral. TANZAM.

**Abstract:** This article presents an analysis of the context of armed struggles for national independence in southern Africa. It documents on the basis of Portuguese sources the security and military records between Portuguese, South African and Rhodesian authorities. Its objects are two processes: the “Exercise Alcora / Threat to the Alcora Countries (factors)” and the “COLT process”. The investigation of these documents was done in Portuguese archives, namely in the National Archives of Torre do Tombo (ANTT) and in the Historical Military Archive (AHM) in the period between March and May 2015.

**Keywords:** ALCORA Exercise. Process COLT. National Liberation Struggles in Southern Africa. TANZAM.

<sup>1</sup> Pós-graduando no Programa de História Social da Universidade de São Paulo. Bolsista CNPq/MCT-Mz nº 47/2012. E-mail: [miltoncorreia@usp.br](mailto:miltoncorreia@usp.br).

## INTRODUÇÃO

O artigo que se segue está dividido em duas partes que se cruzam na essência política e belicista dos chamados “países Alcora”. Na primeira parte analisamos um dos documentos do Exercício Alcora que procede ao acordo de outubro de 1970. Nele identificamos seus justificadores militares, políticos, ideológicos e geoestratégicos. Na segunda parte, são apresentados os expedientes portugueses e a abordagem que os oficiais da polícia de segurança portuguesa, sul-africana e rodesiana fizeram da situação da Zâmbia em relação à construção da linha férrea TANZAM (entre a Tanzânia e Zâmbia). Em seu conjunto, o artigo apresenta, em linhas gerais, como foi articulado o projeto de violência e belicismo dos regimes sul-africano, português e rodesiano na África Austral.

### 1. Exercício Alcora e a teoria do belicismo na África Austral

É preciso não esquecer que a condição “sine qua non” do êxito de uma guerra revolucionária é a conquista da população e não se conquista uma população pelas armas.<sup>1</sup>

Na sequência da reunião havida em outubro de 1970 em Pretória, na qual os representantes de Portugal e da África do Sul estabeleceram o início do Exercício Alcora,<sup>2</sup> em princípios de

<sup>1</sup> Afirmação do comandante da 2ª região aérea de Angola feita em reunião havida a 21 de Julho de 1962 e presidida pelo governador-geral de Angola, na qual assistiram outros comandantes militares da território. ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (AHM). DOC - PT AHM/DIV/1/39/1/01.

<sup>2</sup> MENESES, Filipe R. de e McNAMARA, Robert. The origins of the Exercise ALCORA, 1960-71. *The International History Review*, 35:5, 1113-1114. 2013; ROSA, Celso Braga, MENESES, Maria Paula e MARTINS, Bruno Sena. Memórias da guerra colonial: Alianças secretas e mapas imaginados. VII Congresso Português de Sociologia, 19 a 22 de junho de 2012. Universidade do Porto-Faculdade de Letras-Faculdade de CADERNOS CERU V. 27, n. 2, dez. 2016

1971 foi elaborado um estudo ou relatório sobre a classificação dos vários fatores de ameaça à segurança e manutenção dos chamados “países Alcora”.<sup>3</sup>

Não constam no documento intitulado *Exercício Alcora/Ameaça aos Países Alcora (factores)* a data da sua elaboração e os signatários do documento. Pelas indicações é provável que tenha sido elaborado de 23 de abril de 1971 e teve a participação da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção-Geral de Segurança (PIDE/DGS) no que diz respeito a Moçambique e a Angola.<sup>4</sup> Trata-se de um estudo onde constam a análise e a avaliação dos fatores de ameaça aos regimes coloniais dos chamados “países Alcora” – África do Sul, Rodésia e Portugal – em cenários de curto, médio e longo prazos. Designa “territórios Alcora” o conjunto formado pelos territórios da África do Sul, Rodésia, Moçambique, Angola, Sudoeste Africano (Namíbia), território este ocupado pela África do Sul, e o cordão de “boa vizinhança” que os referidos “países Alcora” exerciam sobre o Malawi, Lesotho, Suazilândia e Botswana.<sup>5</sup>

Dentre vários fatores classificados como ameaça aos “países Alcora”, o estudo centra-se sobre o equilíbrio nuclear geoestratégico que detinha em Guerra Fria as duas superpotências, nomeadamente os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).<sup>6</sup> Esta situação colocava aos “países Alcora” dois problemas que demandavam uma posição pragmática: um tinha

Psicologia e Ciências da Educação, p. 9. Capturado a 27 de outubro de 2016. Filipe Meneses e Robert McNamara referem a participação de Portugal e da África do Sul e Celso Rosa *et al* referem a assinatura de um acordo tripartite África do Sul, Rodésia e Portugal.

<sup>3</sup> AHM. DOC - PT AHM/DIV/1/39/4/07: “AMEAÇA AOS PAÍSES ALCORA (FACTORES)”.

<sup>4</sup> Ibid. O documento cita uma comunicação do Presidente Nixon ao Congresso dos EUA em fevereiro de 1971 (Ver p. 24) e o “incidente” marítimo de Angoche de abril de 1971 (p. 120). O *Caso Angoche* teve lugar a 23 de abril de 1971 (cf. MATEUS, Dalila Cabrita. A PIDE/DGS na guerra colonial 1961-1974. 2ª ed. Revista e aumentada. Lisboa: Terramar, abril de 2011, p. 208).

<sup>5</sup> AHM. DOC - PT AHM/DIV/1/39/4/07: “AMEAÇA AOS PAÍSES ALCORA (FACTORES)”.

<sup>6</sup> Ibid.

a ver com a ambiguidade do bloco ocidental em seguir abertamente pelo belicismo e o outro era o avanço determinado dos movimentos nacionalistas armados de Moçambique, Angola, Zimbábue, Namíbia e África do Sul, visando implantar Estados de maioria negra.

Na análise feita no estudo estava assente que era improvável a confrontação direta entre as referidas superpotências, dado ao equilíbrio nuclear prevalecente. Porém, era preferível a confrontação direta porque constituiria um fator favorável ao belicismo dos “países Alcora”; o que normalizaria ao nível internacional o intervencionismo bélico generalizada contra os fatores de ameaça localizados na região. Ou seja, o intervencionismo bélico seria justificado pela necessidade de conter a ameaça representada pelo comunismo chinês e pela estratégia global soviética, ambos visando liquidar os regimes dos “países Alcora” ao enveredarem pelo apoio preponderante em recursos financeiros, militar, político e ideológico aos movimentos de independências nacionais na África Austral. Diante deste cenário, o estudo conclui que cabia aos “países Alcora” desenvolverem uma posição bélica de dimensão regional que os tornasse capazes, mesmo ao nível nuclear, de se defenderem contra implicações regionais de um eventual desdobramento geoestratégico do equilíbrio nuclear.<sup>7</sup>

Teoricamente, reitera-se o fundamento do Exercício Alcora que sinaliza a decisão de se seguir pela via do belicismo, descartando a opção de se negociar os termos políticos das independências de maioria negra proposta pelo Manifesto de Lusaka e refletida no “Memorandum 39” apresentado ao Presidente Richard Nixon em 1969.<sup>8</sup> A escolha subscrita no Exercício Alcora era a dos “países

<sup>7</sup> AHM. DOC - PT AHM/DIV/1/39/4/07: “AMEAÇA AOS PAÍSES ALCORA (FACTORES)”.

<sup>8</sup> MENESES, Maria Paula. O olho do furacão? A África Austral no contexto da Guerra Fria (Década de 70). In: MENESES, Maria Paula e MARTINS, Bruno Sena (org.) *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina, Novembro de 2013, p. 51.

Alcora” se aprontarem como um eixo bélico para lutar pela manutenção dos regimes de minoria branca e racista na África Austral. Não resta dúvida que ao seguir por esta via a África do Sul, a Rodésia e Portugal descartavam a proposta de gradualismo da reforma económica nas ex-colónias, em que à custo da pacificação prevaleceria o regime da economia capitalista e à custa do racismo de minoria branca prevaleceria o Estado nacional de maioria negra.

O estudo recomenda que se deveria explorar em benefício da hegemonia dos regimes da maioria branca a ambiguidade da administração norte-americana do Presidente Nixon e do governo inglês que os deslocava ora a apresentar uma postura oficial favorável à descolonização e independências nacionais em África, ora de forma oculta a serem permissivos ao belicismo dos “países Alcora”, sobretudo quando a expansão geoestratégica do concorrente nuclear soviético em África mostrava-se de difícil controle.

Em reação a ambiguidade do bloco ocidental viu-se a necessidade de se protelar pelo belicismo, até quando esvaziados todos os cenários chegasse a hora de se submeter aos regimes de maioria negra na região. As razões para continuar seguindo neste sentido foram colocadas no estudo. Era necessário ideologicamente contrariar a crença da administração Nixon sobre a inevitabilidade da democracia; segundo a qual a gradualmente a democracia acabaria por ser reconhecida nos países independentes e se sobrepor ao comunismo. Para o efeito, era necessário salientar que em termos práticos essa crença pela democracia caucionava o estado de “vácuo” ideológico que se observava com o as descolonizações em África, Ásia e América Latina. E alertar que a eventual liquidação dos regimes de minoria branca significaria caucionar o estabelecimento efetivo do comunismo na África Austral.

In the face of this assault [comunista] the West’s response has been essentially defensive; its policies being founded on the belief that if the ‘nuclear balance of

terror' can be maintained, the Communist countries will come to see the errors of their ways and the Communist threat will die away of its own accord. [...]

[...] The withdrawal of western colonial influence brought about a vacuum which was effectively filled by communist influence resulting in independent Africa being allied to the communists against the West and particularly Southern Africa.<sup>9</sup>

O outro raciocínio preconiza a necessidade de interpretar no sentido ambivalente a postura da administração Nixon em relação a África Austral. Considerando que esta administração era “pouco realística”, “inoperante” e conducente “normalmente a concessões” em relação a expansão do comunismo, o belicismo regional atuaria como seu regulador. Tinha-se em vista a experiência de que em determinadas ocasiões o silêncio norte-americano era permissivo, sendo esta a forma encontrada de sinalizar a necessidade de se recorrer ao “espírito de iniciativa, do poder de coesão e de capacidade de auto-defesa e determinação que os países ALCORA puderem patentear.”<sup>10</sup>

É nessa lógica que o estudo interpreta a revisão da política britânica, em relação ao acordo de Simonstown consubstanciada na retomada da venda de armas à África do Sul, como um exemplo de flutuação política dos países do bloco ocidental. O governo britânico da época justificou-se na “necessidade de salvaguardar a defesa da rota do Cabo, ameaçada pela infiltração naval dos russos no Oceano Índico”. O estudo admite que era previsível que a Grã-Bretanha atenuasse sua posição oficial consonante com a opinião internacional favorável a descolonização, à medida em que ela calculasse que o agravamento da expansão comunista no continente africano pudesse pôr em risco os seus interesses estratégicos na África Austral. A necessidade de defender esses interesses forçaria a Grã-Bretanha a “concretizar uma tomada

de posição mais compreensiva e de aproximação relativa a orientação política seguida pelos estados ALCORA.”<sup>11</sup>

Porém, os analistas do estudo estavam cientes que a importância geoestratégica da rota do Cabo, na África do Sul, tornar-se-ia de efeitos positivos para os regimes coloniais da África Austral num cenário de efetiva escalada de tensão naval e nuclear no Oceano Índico. Esta situação poderia ocorrer no caso em que a expansão da influência comunista sobre os Estados independentes da África Oriental se desdobrasse na instalação naval russa no Oceano Índico. Essa eventualidade era considerada pelo bloco ocidental como poderosa ameaça militar contra o indispensável tráfego do petróleo do Médio Oriente e ao comércio com Japão dependentes da rota marítima do Cabo. Por outro lado, o estudo receava que as prospecções do petróleo no Alaska e na África ao sul do Oceano Atlântico tornariam vulnerável o valor geoestratégico da rota do Cabo, sendo este um cenário negativo para os regimes dos “países Alcora”.<sup>12</sup>

Uma outra razão que não poderia deixar de ser articulada no estudo foi o racismo colonial, o preconceito de supremacia racial dos regimes coloniais. Sua evocação foi assumida como integrante da defesa da supremacia da civilização ocidental, o eurocentrismo imperialista. Sua utilidade visava identificar o comunismo e os nacionalismos em África e de outro lado justificar o belicismo a bem da civilização democrática ocidental.

Enfim, para os analistas do estudo a OUA e o seu braço militar, o Comité de Libertação, não representavam uma ameaça militar direta à existência dos “países Alcora”. As divisões políticas entre os governos africanos, provocadas por frequentes acusações de ingerência baseadas em apoio militar e abrigo aos grupos subversivos, tornavam o desempenho da OUA um teatro de ambiguidades.

<sup>9</sup> AHM. DOC - PT AHM/DIV/1/39/4/07: “AMEAÇA AOS PAÍSES ALCORA (FACTORES)”, p. 12.

<sup>10</sup> Ibid; p. 28.

<sup>11</sup> AHM. DOC - PT AHM/DIV/1/39/4/07: “AMEAÇA AOS PAÍSES ALCORA (FACTORES)”, p. 30.

<sup>12</sup> Ibid.

Ademais, os Estados africanos não estavam em condições económicas de cumprirem com regularidade o pagamento de cotas e as contribuições para o fundo especial do Comité de Libertação da OUA para auxílio às organizações nacionalistas em luta armada.<sup>13</sup>

O estudo previa que aconteceria o mesmo ao nível da Organização das Nações Unidas (ONU), apesar da crescente influência e pressão política da URSS, dos Estados africanos, asiáticos e escandinavos. A análise previa que iria prevalecer a tese de menor prejuízo, segundo a qual para o bloco ocidental no Conselho de Segurança era de preferência a solução negociada para a descolonização da África Austral, ainda que a longo prazo, do que a intervenção militar sob mandato da ONU.

However unpalatable the situation in Southern Africa may be to the impatient “coloured” majority at the UN, there are reasons enough to believe (among those not in favour of any forceful action) that given time the situation will by degrees resolve itself and that this will be for the good of all concerned. This will generally be the overall view of the West and one which seems likely to prevail.<sup>14</sup>

Enfim, a “hipótese de maior perigo” para a segurança dos “países Alcora” era a eventual modificação efetiva da estratégia do bloco ocidental, sobretudo a norte-americana e britânica, em relação à manutenção dos regimes de minoria branca na África Austral. Calculando que no caso em que se verificasse esta hipótese a alteração a longo prazo da situação política em Moçambique, Zimbábue, Angola, África do Sul e Namíbia, tal como se esperava que devia acontecer, seria “menos provável”.

Se a situação internacional se alterar de modo a que qualquer dos factores apresentados, ou mais do que um simultaneamente, evoluam desfavoravelmente sem que em compensação exista um factor de equilíbrio da situação então teremos que admitir que

a ameaça sobre MOÇAMBIQUE assim como sobre a totalidade dos territórios ALCORA aumentará acentuadamente.<sup>15</sup>

Para finalizar esta primeira parte, é provável que a plataforma bélica de segurança nuclear na região que o regime do *apartheid* estava disposto a financiar e montar em defesa da supremacia racial de minoria branca na África Austral tinha, em última análise, a finalidade de situar os “países Alcora” como um eixo nuclear paralelo às tensões geoestratégicas nucleares existentes entre as duas superpotências mundiais, os EUA e a URSS; modificando a sua condição de dependente das contingências para a posição de eixo nuclear,<sup>16</sup> de preferência aliada ao bloco ocidental.

Pode-se concluir a partir deste estudo que os movimentos armados de independência nacionalista na África Austral constituíam um dos principais factores que desencadeou o estabelecimento do Exercício Alcora e de formas anteriores de defesa participada entre Portugal, África do Sul e Rodésia. Mas foram vistos como um problema secundário para a segurança e manutenção da África do Sul. O secretismo em torno do significado do termo ALCORA<sup>17</sup> encobre o móbil principal deste país. Esse secretismo é reforçado se tivermos em consideração as suspeições mútuas existentes entre os três regimes, sobretudo entre Portugal e África do Sul, em relação a tendência hegemónica deste último agravada pela manifesta intenção de levar a efeito uma intervenção militar em Moçambique para estancar o ímpeto da luta armada da FRELIMO e em relação às contradições entre o discurso português de integração racial e o *apartheid* sul-africano. A

<sup>15</sup> Ibid., p. 102.

<sup>16</sup> Consta que em 1971, no início de estabelecimento do Exercício Alcora, o regime sul-africano pôs em prática a produção de armas nucleares em “estreita” colaboração com Israel, tendo o programa sido “abandonado e destruído” em 1992 sob a fiscalização da Agência Internacional da Energia Atómica da ONU (AIEA). Portanto, depois da queda do regime do Apartheid. GUARDIOLA, Nicole. A aliança secreta do apartheid, Rodésia e Portugal. *África 21*, junho 2009, p.17-24.

<sup>17</sup> MENESES, Filipe R. de e McNAMARA, Robert. The origins of the Exercise ALCORA, 1960-71. *The International History Review*, 35:5, 1113-1114. 2013, p. 1127.

<sup>13</sup> Ibid.

<sup>14</sup> AHM. DOC - PT AHM/DIV/1/39/4/07: “AMEAÇA AOS PAÍSES ALCORA (FACTORES)”, p. 58.

inclusão de Portugal e Rodésia no Exercício Alcora é uma articulação sul-africana do discurso ideológico e racista que vai de encontro aos interesses de Portugal e da Rodésia, mas é operada como parte integrante da geoestratégia militar de defesa da África do Sul.

## 2. Operação COLT: plano de desestabilização da Zâmbia

Aos “países Alcora” importava acentuar as contradições internas nos países africanos para dividir a unidade política dos movimentos nacionalistas e dos Estados nacionais que representavam algum grau de ameaça. É com este objetivo que o governo do Partido Independente da Unidade Nacional (UNIP), do Presidente Kenneth Kaunda, da Zâmbia, será o principal alvo do processo *COLT*, desencadeado pela RAS, Rodésia e Portugal, por iniciativa deste último<sup>18</sup>.

O móbil da ação de desestabilização política da Zâmbia por intermédio da transformação das contradições políticas internas em contradições étnicas e em grupos subversivos foi a construção da linha férrea batizada pelo nome “TANZAM”. Para a PIDE/DGS o propósito deste corredor ferroviário entre a Tanzânia e Zâmbia era para servir aos movimentos armados do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU), União Popular Africana do Zimbábue (ZAPU), Congresso Nacional Africano (ANC, da África do Sul) e da Organização Popular Africana do Sudoeste Africano (SWAPO). Financiado pela China, a construção deste caminho de ferro tem início em princípios de 1971 e entra em funcionamento em dezembro do mesmo ano<sup>19</sup>.

Para a delegação angolana da PIDE, o projeto da construção do caminho-de-ferro TANZAM tornava melhor definida a posição política da Zâmbia e do seu Presidente Kenneth Kaunda, ao enveredar pela viabilização do aumento do apoio militar às organizações nacionalistas angolanas, moçambicanas, rodesianas, namibiana, sul-africana que operavam a partir de bases políticas e militares criadas no território zambiano<sup>20</sup>. Para a PIDE em Angola, a TANZAM era a representação concreta da estratégia da República Popular da China na África Austral, que a utilizava como “pretexto” para fixar na Zâmbia a sua “posição estratégica de extraordinária importância”<sup>21</sup> no *hinterland*, para efeitos de expansão comunista nos países da região. Vendo a TANZAM como um corredor militar que iria aproximar o porto e o aeroporto de Dar-es-Salam, onde se localizava a sede do Secretariado Executivo do Comité de Libertação da OUA e as sedes das organizações nacionalistas, e os territórios de Angola, de Moçambique, da Rodésia, da África do Sul e da Namíbia.

Em face da perspectiva de que a TANZAM representava um fator de ameaça baseada na Zâmbia, em dezembro de 1969 a delegação da PIDE em Angola propõe aos governos da RSA e da Rodésia o plano da “Operação COLT”, cuja execução a polícia portuguesa via como sendo “a única possibilidade capaz de pressionar suficientemente o governo de KAUNDA de modo a limitar ou impedir o avanço da subversão.”<sup>22</sup> A estratégia contida na “operação COLT” visava instrumentalizar dois “fatores-base” de descontentamento interno na Zâmbia contra o governo do Presidente Kenneth Kaunda. Designadamente a oposição do partido Congresso Nacional Africano da Zâmbia (ANC, da Zâmbia), presidido por Harry

<sup>18</sup> ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI (2) GU, cx. 35.

<sup>19</sup> MUTUKWA, Kasuka Simwinji. *Imperial Dream Becomes Pan-African Reality. Africa Report*. Janeiro de 1972. Tradução. ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR. FO 63/11/Cx 942/3.

<sup>20</sup> ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI (2) GU, cx. 35.

<sup>21</sup> *Ibid.*, pt. 39.

<sup>22</sup> ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI (2) GU, cx. 35, pt. 39.

Nkumbula<sup>23</sup>, e a “situação do Barotse”<sup>24</sup>.

O plano da PIDE consistia em atrair políticos zambianos do ANC para Angola, para o Sudoeste Africano, Rodésia e Moçambique, onde seriam preparados para a luta política e atuarem como “forte instrumento de pressão” contra o governo do Presidente Kaunda. A PIDE calculava que, ao ser bem conduzido o plano, havia possibilidade de Portugal, RSA e a Rodésia conjuntamente “moderarem” a política interna na Zâmbia e forçarem à constrição os fatores de ameaça que existiriam neste país. Para a PIDE a finalidade da operação seria de interesse dos três regimes na medida em que, nas suas palavras, “poderíamos chegar à situação de, indirectamente, se escolher o governo que mais nos interessasse.”<sup>25</sup>

O plano operativo já estava pensado e a justificação de sua execução foi também pensada na lógica da supremacia dos seus regimes, na qual se alicerçava a famigerada “política de boa vizinhança” no *hinterland* da região, e na ambivalência do discurso anti-comunista cuja essência era racista, a defesa da supremacia do regime de minoria branca que se arvorava como o representante da democracia ocidental. Eis o plano da PIDE:

<sup>23</sup> Harry Nkumbula e Kenneth Kaunda são dois principais líderes da luta política pela independência nacional Zâmbia. Em 1953, Kenneth Kaunda torna-se Secretário-Geral do Congresso Nacional Africano (ANC da Zâmbia), partido de que Harry Nkumbula é Presidente desde o ano de 1951. Na sequência da formação em 1953 da Federação da Rodésia (Rodésia do Norte, atual Zâmbia, e a Rodésia do Sul, atual Zimbábue) e Niassalândia e das contradições internas entre o “moderado” Nkumbula e “radial” Kaunda, este último decide fundar em 1958 o *Zambian African National Congress* (ZANC) banido pelas autoridades britânicas da federação, formando depois o Partido da Unidade Nacional para a Independência (UNIP), em 1959. Na sequência de alegações de que teria firmado acordo com o *United Federal Party* (UFP), de maioria branca, nas eleições parlamentares de outubro de 1962, é ultrapassado pela UNIP de Kenneth Kaunda. No governo da UNIP saído das eleições presidenciais de janeiro de 1964, Nkumbula recebe o cargo de Ministro da Educação, sob a presidência de Kenneth Kaunda. Depois das eleições gerais de 1968, Karry Nkumbula acaba por se tornar o líder da oposição da Zâmbia e em 1973 decide filiar-se à UNIP. (Acessado a 28 de outubro de 2016)

<sup>24</sup> ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI (2) GU, cx. 35, pt. 39.

<sup>25</sup> *Ibid.*

Não devemos esquecer que em Angola poderíamos constituir dois campos, um na área de CAZOMBO e outro na região fronteiriça ao BAROTSE. No SWA (Caprivi) [Sudoeste Africano, atual Namíbia] poderia ser constituído outro campo, assim como na Rodésia e em Moçambique. Se todos estes campos trabalhassem de forma sincrónica enviando os seus elementos de politização ou mesmo de subversão ao interior do país, criariam muito fortes preocupações ao governo de Kaunda e de tal forma que, nessa altura, talvez passasse então a ser o moderado que não é, mas que afirma ser. [...]

A “OP.COLT” é fundamentalmente uma acção anti-comunista que visa sobretudo impedir a influência chinesa “maoista” na África Austral e tem por fim imediato lutar contra a penetração comunista chinesa na ZAMBIA. Deste modo, admitimos que algumas potências ocidentais, possam vir a dar seu apoio tácito a este plano, se bem que oficialmente se proclamem abertamente contrárias. [...] está generalizada a prática da utilização dos chamados refugiados políticos para manter nos seus países de origem a chama da subversão e até, às vezes, isto acontece entre Nações que mantem relações diplomáticas.<sup>26</sup>

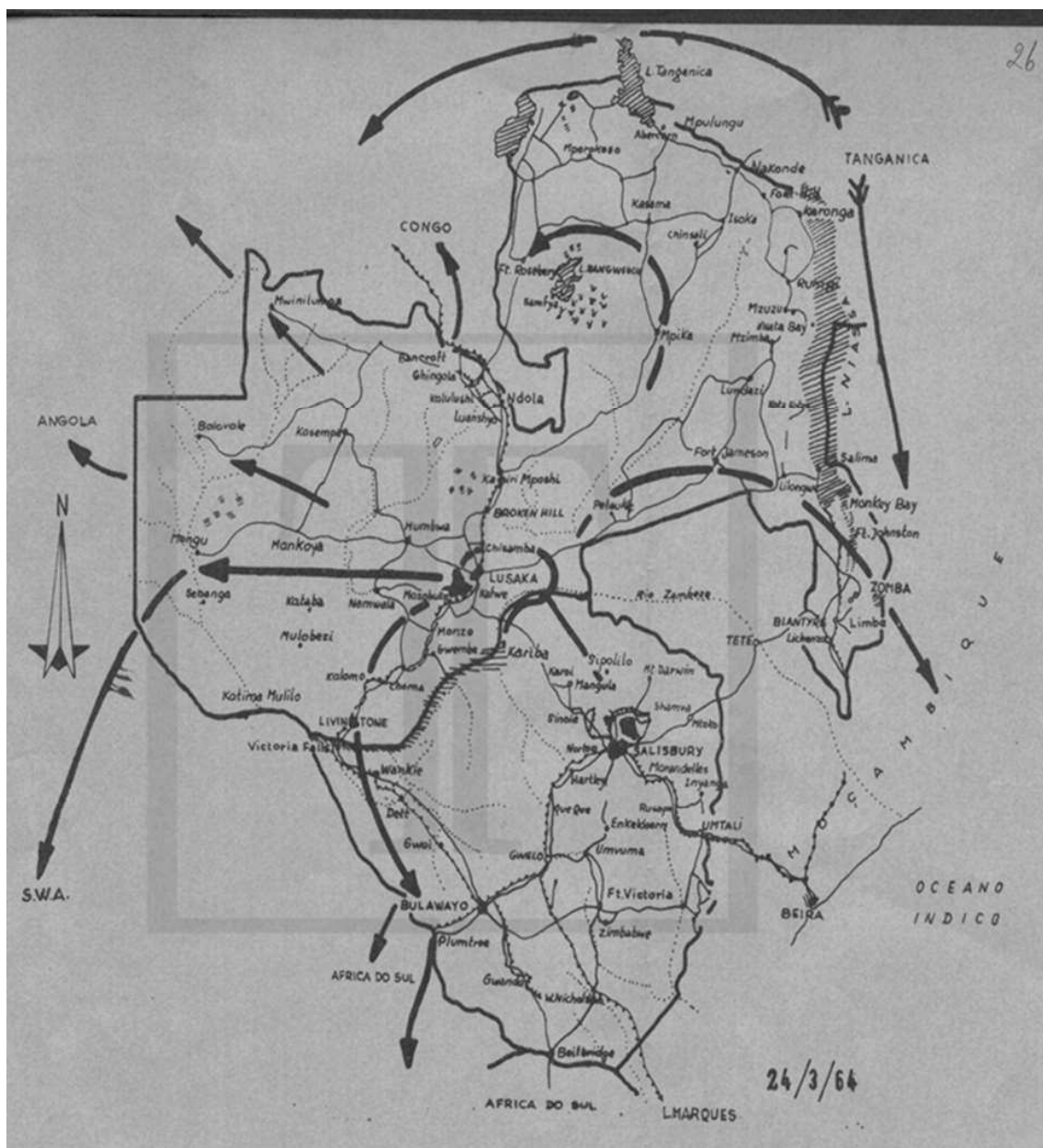
Apesar do oportunismo da proposta da PIDE, a iniciativa não é *sui generis* portuguesa. A “operação COLT” respondia às conclusões da reunião de segurança havida em Lourenço Marques a 6 de novembro de 1968, que apontaram a Zâmbia como estando a servir de base a partir da qual as organizações nacionalistas da região austral, sob proteção e ajuda do Presidente Kaunda e do seu governo, desencadeavam ações de infiltração e militares contra Angola, Moçambique, Rodésia, África do Sul e Namíbia. Era de interesse dos regimes que governavam estes territórios arregimentar, ao seu contento, a “política sinuosa” da Zâmbia, obrigada a dar mostras de assumir o realismo da política de “boa vizinhança” no *hinterland*, ainda que sobre si pesasse o comprometimento com a luta pan-africana

<sup>26</sup> ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI (2) GU, cx. 35, pt. 39.

de descolonização continental e apoio às lutas armadas pela independência na África Austral, na qualidade de Estado membro da OUA<sup>27</sup>.

Para a PIDE, a execução do plano de antecipação defensiva revestia-se de urgência, tendo em vista a ameaça representada pelo projeto de construção do caminho-de-ferro TANZAM. Para os referidos regimes coloniais, os sinais que se emitiam indicavam uma mudança da política moderada do governo da Zâmbia que deveria ser vista como sendo o reflexo da concretização de um plano elaborado pelo Comité de Libertação da OUA de tornar o território zambiano a placa giratória de manobras conjuntas das lutas armadas em curso na região<sup>28</sup>.

Figura 1: Croqui atribuído ao Comité de Libertação da OUA pela PIDE em Angola (indicando as linhas infiltrantes e de avanço dos movimentos nacionalistas)



Fonte: ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI (2) GU, cx. 35, pt. 39.

<sup>27</sup> Ibid.

<sup>28</sup> Ibid.



Com efeito, a DGS em Lisboa recebe a reunião conjunta dos dirigentes de segurança portuguesa, da RSA e da Rodésia, na qual é nomeada a comissão composta por elementos da DGS, do Bureau for State Security (BOSS), da África do Sul, e da Central Intelligence Organization (CIO), da Rodésia. O plano de ação dessa comissão declara que os seus governos concordavam em estabelecer, a partir dos territórios sob seu domínio em Moçambique, Angola, Rodésia, África do Sul e Sudoeste Africano, campos de treino de “refugiados” zambianos para efeitos de prepará-los para desencadear ações de “desassossego e insegurança”<sup>29</sup> na Zâmbia.

Na sequência dos trabalhos da comissão, o inspetor Gomes Lopes, da delegação moçambicana da PIDE/DGS, e Jack Barry, da CIO rodesiana, acordam em julho (de 1970?), em Salisbúria, Rodésia, sobre a proposta de se levar a cabo ações contra a economia e estabilidade política da República da Zâmbia. As ações visariam desencadear uma situação interna ao extremo, de modo a que o governo do Presidente Kenneth Kaunda, “como medida de boa vontade, expulse todos os terroristas [organizações nacionalistas] do seu território e não autorize a sua passagem em trânsito para ataques contra ANGOLA, RAS [República da África do Sul], RODESIA e MOÇAMBIQUE.”<sup>30</sup>

Em Salisbúria ficou acordado levar-se a efeito o estudo, planificação e coordenação entre os três governos de ações de sabotagem económica nos pontos de trânsito, embarque, desembarque e produção de mercadorias zambianas dentro dos territórios que os mesmos controlavam, atrasar nos seus territórios o trânsito de mercadorias a serem importados e exportados pela Zâmbia. O plano de sabotagem económica acordado em Salisbúria previu a possibilidade dos seus governos coloniais aumentarem as taxas portuárias e de trânsito pagas

pelo governo da Zâmbia; de os mesmos governos não aceitarem o pagamento das taxas em *Kwachas*, moeda zambiana, senão em dólares ou em marcos alemães. Inclusive a sabotagem selecionada de equipamentos e maquinarias destinados à Zâmbia nos portos de desembarque nos territórios sob domínio de Portugal, Rodésia e RAS<sup>31</sup>.

O plano de sabotagem da economia zambiana deveria estar interligado com ações de “criação de um clima de insegurança” dentro do território zambiano. Na reunião de Salisbúria foram analisadas duas opções de criação de subversão na Zâmbia. Uma tinha em vista criar campos de treino para os ditos “refugiados” zambianos e a outra opção era de se estabelecer em Moçambique um centro especial de treino de africanos, asiáticos e outros com a colaboração e apoio da RAS e da Rodésia. A primeira hipótese acabaria por ser rechaçada com a justificação de “não existirem para já quaisquer refugiados zambianos”<sup>32</sup> em Moçambique, Rodésia e RAS. Prevalecendo a segunda opção. A ideia era preparar e treinar agentes de informação (“intelligence”), agitadores (“trouble makers”), recrutadores de elementos dissidentes zambianos que eventualmente existiriam na Zâmbia, Tanzânia ou noutros países da África Austral, sabotadores etc.<sup>33</sup>

Consta que ainda julho, o inspetor Gomes Lopes se reúne com Ken Flower, e que este último terá concordado na “generalidade com as sugestões apresentadas” e acordadas em Salisbúria. K. Flower é citado como tendo referido que o seu Primeiro-Ministro “estava a pressioná-lo para acção imediata.”<sup>34</sup> Parece que havia uma indecisão da parte do Bureau for State Security, da RAS, diante da qual K. Flower já calculava a possibilidade de recorrer à polícia ou ao exército sul-africanos que estariam, na altura, “desejosos de fazer uma acção concertada e

<sup>31</sup> Ibid.

<sup>32</sup> ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI (2) GU, cx. 35, pt. 39.

<sup>33</sup> Ibid.

<sup>34</sup> Ibid.

<sup>29</sup> ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI (2) GU, cx. 35, pt. 39.

<sup>30</sup> Ibid.

dar todo auxílio a PORTUGAL e à RODÉSIA.”<sup>35</sup> Em face disso Gomes Lopes vai se encontrar em Pretória com o general Van Den Bergh. Este último comunica ao diretor da delegação da DGS em Moçambique que “concordava inteiramente com as propostas apresentadas e que os pedidos já feitos respeitantes ao fornecimento de vários tipos de material seriam satisfeitos brevemente, assim como auxiliaria as iniciativas da Delegação em ANGOLA.”<sup>36</sup>

### 3. Contradições internas e subversão nos Estados nacionais

O governo colonial português em Luanda já vinha recebendo pedidos vindos da Zâmbia com disposições expressas de abertura à colaboração com o regime português para a formação de grupos de subversão contra o governo do Presidente Kaunda. As solicitações estariam a ser enviadas por entidades influentes na região zambiana das lundas e do ANC zambiana. As solicitações foram apresentadas pelo governo português em Angola às autoridades coloniais da Rodésia e da RAS, como proposta de se projetar uma operação conjunta de subversão armada contra o governo da UNIP, do Presidente Kenneth Kaunda.

Em dezembro de 1966, autoridades portuguesas no posto de Calunda, junto à fronteira ocidental da Zâmbia com Angola, reportaram a chegada de emissários de influentes chefes locais da população lunda, principalmente associados ao importante chefe Ishindi. Junto das autoridades portuguesas, os referidos emissários manifestavam-se contra os conflitos políticos que estariam a ser provocados pela proteção que o governo do Presidente Kaunda oferecia aos chefes locais da população luena à favor da instalação de bases do MPLA na área desta população. Para o MPLA, a região das populações

lunda e luena era estratégica para que ela pudesse basear o lançamento de operações contra o governo colonial de Angola a partir da fronteira ocidental zambiana<sup>37</sup>.

Em março de 1969, Donald Ishindi, filho do chefe Ishindi, esteve em Luanda onde recebeu o comprometimento das autoridades portuguesas de colaborar à favor da solicitação que aquele apresentara para apoio político e auxílio militar contra a invasão política luena e contra o MPLA. Para essas entidades lundas, a coalisão política entre as entidades locais luenas, o governo da UNIP do Presidente Kaunda e o MPLA estaria a prejudicar a sua autoridade política nas lundas<sup>38</sup>.

Consta que autoridades coloniais portuguesas em Angola haviam projetado uma rede de informação e de recrutamento de homens para treino de subversão com vista a debelar as bases político-militares e as operações do MPLA na região zambiana. O plano pretendia, em contrapartida, contar com a colaboração das entidades lundas e do ANC. Em 1970, já tinham sido criadas pela PIDE/DGS e pelas forças armadas angolanas pequenas unidades compostas de elementos da região lunda que vinham desenvolvendo atividades contra as operações do MPLA na região<sup>39</sup>.

Em princípios de dezembro de 1970, uma reunião conjunta em Luanda, da PIDE/DGS, das forças armadas angolanas, da SAP sul-africana (Polícia Sul-Africana), e da CIP rodesiana (Polícia rodesiana), discutiu a solicitação apresentada nesta ocasião por John Japau, representante do ANC zambiana. Em representação do Presidente do ANC, Harry Nkumbula, John Japau solicita à Portugal, à RAS e à Rodésia o apoio em meios financeiros e para a criação de um sistema de comunicação, treino, armamento etc., para o desencadeamento imediato de uma subversão armada contra o governo do Presidente Kaunda. Em

<sup>37</sup> ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI (2) GU, cx. 35, pt. 39.

<sup>38</sup> Ibid.

<sup>39</sup> Ibid.

<sup>35</sup> Ibid.

<sup>36</sup> Ibid.

resposta, a SAP e CIP respondem por intermédio das autoridades de Angola que era inoportuna que a “operação COLT” fosse redimensionada e lançada a curto prazo sob a forma de uma subversão militar devido a incapacidade e desorganização do ANC para desenvolver com, sucesso desejado, a operação no terreno zambiano. Contudo, em março de 1971, a DGS angolana mantém seu cálculo do potencial de se obter proveito da disposição de colaboração manifesta pelo influente chefe Ishindi. Nesta ocasião estava em mesa desencadear ações subversivas por intermédio do Exército Nacional da Zâmbia (ZNA) na região ocidental da Zâmbia<sup>40</sup>.

Porém, entre agosto e setembro de 1972, o ANC da Zâmbia, partido legal na política zambiana, terá oferecido expressas contrapartidas a Portugal em troca de um plano de golpe de Estado contra o governo da UNIP, do Presidente Kenneth Kaunda. A contrapartida garantia ao governo português que, no caso de sucesso de um eventual plano de golpe de Estado na Zâmbia, o governo zambiano que viria a ser dirigido pelo ANC iria impedir “a todos os meios ao seu alcance”<sup>41</sup> que as organizações nacionalistas angolanas, moçambicanas, rodesianas, sul-africanas e namibianas estabelecessem bases militares e políticas no território zambiano e transitassem em operações contra Angola e Moçambique. As garantias seriam enquadradas sob a forma de tratados de amizade e comércio que esse governo do ANC na Zâmbia iria estabelecer com Portugal e seus aliados na África Austral. Para tal o governo português deveria autorizar a entrada, à curto prazo, de quatro mil zambianos em Angola, onde receberiam treinamento militar e de sabotagem, findo ao qual retornariam à Zâmbia para executar o plano de golpe de Estado. William Chipango e Musanda Mushala são mencionados como representantes da direção do ANC nessas conversações havidas com autoridades portuguesas<sup>42</sup>.

Numa carta de setembro de 1973, endereçada ao diretor da DGS em Angola e assinada pelo Presidente do Conselho Supremo Revolucionário, Musanda Adams Bratson Mushala, consta que autoridades portuguesas em Angola desenvolveram um campo de treino de voluntários zambianos no posto de Calunda. O campo de Calunda foi desenvolvido nos termos de um acordo firmado em 1973, pelo qual a PIDE/DGS em Angola se comprometeu a treinar quatro mil zambianos para combater na Zâmbia. Na carta, Musanda A. B. Mushala repudia a “atitude extremamente exterior e injustificada”<sup>43</sup> do instrutor militar em Calunda, caracterizada por abusos e tortura infligidos contra os voluntários zambianos do campo de Calunda. Musanda escreve o seguinte: “ZNA [Exército Nacional da Zâmbia] is experiencing a kind of torture that cannot be exercised on volunteers who came for the cause of their’s country liberation.”<sup>44</sup>

Musanda A. B. Mushala insurge-se contra a submissão dos voluntários zambianos treinados no campo de Calunda às ordens das autoridades portuguesas, afirmando que tal situação configurava desvio de comprometimento das autoridades de Angola perante os termos do acordo estabelecido por si e pelas autoridades angolanas em Luanda em 1973. No seio das forças da ZNA em Calunda se instala o desentendimento que divide o “grupo anti-revolucionário” que não pretende seguir para a Zâmbia e o grupo revolucionário, do qual faz parte o próprio Mushala, que tenciona seguir para a Zâmbia. Mushala reitera a intenção inicial de levar a efeito a revolução no interior da Zâmbia e assegura que o seu grupo se encontrava pronto para seguir imediatamente para o interior da Zâmbia por considerar a situação oportuna. Mushala acaba por ser detido nas instalações da PIDE/DGS em Luanda em outubro de 1973, sob a justificação de que havia o receio de efetivamente ele poderia concretizar o propósito revolucionário de

<sup>40</sup> ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI (2) GU, cx. 35, pt. 39.

<sup>41</sup> Ibid.

<sup>42</sup> Ibid.

<sup>43</sup> Ibid.

<sup>44</sup> ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI (2) GU, cx. 35, pt. 39.

seguir para o interior da Zâmbia<sup>45</sup>.

## Referências bibliográficas

GUARDIOLA, Nicole. A aliança secreta do apartheid, Rodésia e Portugal. *África 21*, junho 2009.

MENESES, Filipe R. de e McNAMARA, Robert. The origins of the Exercise ALCORA, 1960-71. *The International History Review*, 35:5, 1113-1114. 2013.

MENESES, Maria Paula. O olho do furacão? A África Austral no contexto da Guerra Fria (Década de 70). In: MENESES, Maria Paula e MARTINS, Bruno Sena (org.) *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina, Novembro de 2013

MATEUS, Dalila Cabrita. *A PIDE/DGS na guerra colonial 1961-1974*. 2ª ed. Revista e aumentada. Lisboa: Terramar, abril de 2011.

MUTUKWA, Kasuka Simwinji. Imperial Dream Becomes Pan-African Reality. *Africa Report*. Janeiro de 1972. Tradução. In: ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR. FO 63/11/Cx. 942/3.

ROSA, Celso Braga, MENESES, Maria Paula e MARTINS, Bruno Sena. Memórias da guerra colonial: Alianças secretas e mapas imaginados. *VII Congresso Português de Sociologia*, 19 a 22 de junho de 2012. Universidade do Porto-Faculdade de Letras-Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. (Capturado online a 27 de outubro de 2016).

### **Arquivo Histórico Militar (AHM)**

DOC - PT AHM/DIV/1/39/4/07: “AMEAÇA AOS PAÍSES ALCORA (FACTORES)”.

### **Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)**

ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI (2) GU, cx. 35, pt. 39.

<sup>45</sup> Ibid.